



FACULDADE DE INHUMAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE INHUMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MAYKE PAIVA XAVIER

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA

INHUMAS-GO
2020

MAYKE PAIVA XAVIER

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Júlio César da Silva

**INHUMAS – GO
2020**

MAYKE PAIVA XAVIER

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PERSPECTIVAS DA DISCIPLINA

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO ALUNO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física, da Faculdade de Inhumas (FACMAIS) como requisito para a obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Inhumas, 20 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Júlio César da Silva – FacMais
Orientador e Presidente da Banca de TCC

Prof. Me. Daniel Júnior de Oliveira
Membro Convidado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
BIBLIOTECA FACMAIS

X3h

XAVIER, Mayke Paiva.

História da educação física escolar: Perspectivas da disciplina/

Mayke Paiva Xavier. – Inhumas: FacMais, 2020.

31 f.: il.

Orientador: Júlio César da Silva.

Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação Física) -
Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Educação física, 2. Legislação Educacional, 3. Educação. I.
Título.

CDU: 796

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre me dar forças para buscar e, também, por proporcionar grandes realizações em minha vida.

Aos meus pais e familiares por terem sido peças fundamentais em minha educação, ensinando valores para que eu pudesse me tornar uma pessoa de valor e responsabilidade.

Aos meus professores-orientadores, Arita Montanini e Júlio César, um agradecimento especial pelo ensinamento, dedicação e competência demonstrada no desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais professores que também foram de grande importância para a minha realização profissional.

Aos grandes amigos que fiz durante esta caminhada acadêmica e que também que permanecerão sempre presentes.

Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a "prática da liberdade", o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo discute o desenvolvimento histórico da educação física como área de conhecimento na realidade brasileira. Trata-se de uma pesquisa de revisão de literatura, organizada em dois momentos articulados. No primeiro momento, toma-se como ponto de partida o período do segundo império, onde a Educação Física torna-se componente obrigatório nas escolas do município da Corte e, a partir daí, são desdobrados o entendimento de sua importância ao longo do tempo até a formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96.

Palavras-chave: Educação Física, Legislação Educacional, Educação.

ABSTRACT

This study discusses the historical development of physical education as an area of knowledge in the Brazilian reality. It is a literature review research, organized in two articulated moments. In the first moment, the period of the second empire is taken as a starting point, where Physical Education becomes a mandatory component in schools in the municipality of Corte and, from there, the understanding of its importance unfolds over time until the formulation of the National Education Guidelines and Bases Law, Law No. 9394/96.

Keywords: Physical Education, Educational Legislation, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	10
1.1. Trajetórias Históricas da Educação Física no Brasil: Marcos e Tendências Pedagógicas do Século XX.....	11
1.2. A Educação Física no Século XXI.....	19
2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	21
2.1. As DCNs da Graduação em Educação Física.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

A história da Educação Física é de suma importância para compreender sua trajetória até a atualidade e seus percalços na história. Essa pesquisa então visa contribuir para os estudos bibliográficos da mesma.

Para compreender o momento atual da Educação Física é necessário considerar de onde parte o seu desenvolvimento histórico no contexto brasileiro, tendo como referência as contribuições teóricas de Castellani Filho (1994) e também os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (BRASIL, 1997).

A metodologia adotada neste trabalho foi a realização de pesquisa bibliográfica e documental, objetivando compreender os aspectos históricos que foram determinantes para que a Educação Física se consolidasse enquanto disciplina escolar, bem como os limites e possibilidades vivenciados atualmente, sobretudo na análise das mudanças que houve a partir de 2018 com resoluções importantes acerca do profissional de Educação Física.

Também se faz necessário analisar a formação continuada dos professores de Educação Física, a fim de compreender tal importância, tendo em vista que a formação se faz necessária para a reflexão teórica metodológica do mesmo. Para tanto utilizamos como teóricos referência: LIMA (2015), Castellani Filho (1994), Soares (2012), Marinho (1971), para tal compreensão.

Os resultados desta pesquisa foram organizados em dois capítulos. No primeiro, “Percurso histórico da Educação Física”, como o próprio nome diz, apresentamos aspectos históricos relevantes sobre a constituição da Educação Física escolar e, no segundo capítulo, intitulado “A formação e as contribuições da Educação Física Escolar”, discorreremos sobre aspectos relacionados à formação dos professores de Educação Física e o seu papel educacional.

1. PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A mais antiga notícia sobre a Educação Física em terras brasileiras foi no ano de sua descoberta, 1500, um fato relatado é uma das cartas escritas por Pero Vaz de Caminha sobre os indígenas dançando e saltando. Segundo Ramos (1982, p. 20), esta foi certamente a primeira aula de ginástica e recreação relatada no Brasil, mas de modo geral, são características de sua própria culturas naturais realizadas no período de colonização do Brasil. Posteriormente, ainda no período colonial, criada na senzala, sobretudo no Rio de Janeiro e na Bahia, surge a capoeira, atividade ríspida, criativa e rítmica que era praticada pelos escravos. Desta forma, podemos destacar que no 'Brasil colônia', as atividades físicas realizadas pelos indígenas e escravos, representaram os primeiros elementos da Educação Física no Brasil. (SOARES, 2012)

O início da Educação Física escolar no Brasil, denominada Ginástica, ocorreu oficialmente com a reforma Couto Ferraz, em 1851. No entanto, foi somente em 1882, que Rui Barbosa ao lançar o parecer sobre a "Reforma do Ensino Primário, Secundário e Superior", denota importância à Ginástica na formação do brasileiro. Nesse parecer, Rui Barbosa relata a situação da Educação Física em países mais adiantados politicamente e defende a Ginástica como elemento indispensável para formação integral da juventude. (RAMOS, 1982). No entanto, a implementação da Ginástica nas escolas, inicialmente ocorreu apenas em parte do Rio de Janeiro, capital da República, e nas escolas militares (DARIDO E RANGEL, 2005)

A chegada da reforma de Couto Ferraz, em 1851, provocou o início da Educação Física nas escolas brasileiras, conhecida inicialmente como Ginástica, começando a ganhar mais espaço e também politicamente defendida como elemento fundamental para o ensino e desenvolvimento das crianças. E assim, buscava instituir uma sessão essencial de ginástica em todas as escolas de ensino normal, visando fazê-la uma obrigatoriedade em programas escolares como matéria curricular, proposta para os dois gêneros, no entanto essa complementação da ginástica nas escolas não acontece em todos os países iniciando somente em algumas partes do Rio de Janeiro, capital da República, e também nas escolas militares. (SOARES, 2012)

Ainda na Era Imperial de nosso país, assim criados os decretos e reformas que certamente ajudariam a consolidar a Educação Física como uma disciplina escolar obrigatória e efetivamente aplicada, foi sendo justificada pelos grandes princípios da fisiologia *mens sana in corpore san*, ou seja, mais conhecida como mente sã em corpo são, que procura definir um ser humano pleno e perfeito (MARINHO, 1971)

A partir da proclamação da independência, surge um grande interesse pela criação de propostas pedagógicas para uma reforma da educação. E nessa reformulação já se encontrava citada a Educação Física como componente. Entretanto, a pedagogia era totalmente controlada por pessoas que não atuavam de forma alguma em um ensino pedagógico, que seriam das áreas religiosas, médica ou militar, desse modo ocupando também as áreas dos educadores, retirando seu espaço específico de atuação e menos ainda para a Educação Física. Conseqüentemente, os diversos modelos de processo educacional eram direcionados para atender os interesses de quem os ministravam e dirigiam. (MARINHO, 1971)

Apenas em 1937, na elaboração da Constituição, é que se fez a primeira referência explícita à Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. Também havia um artigo naquela Constituição que citava o adestramento físico como maneira de preparar a juventude para a defesa da nação e para o cumprimento dos deveres com a economia. (LIMA, 2015, p. 249).

Na intenção de sistematizar a ginástica dentro da escola brasileira, surgem os métodos ginásticos (gímnicos). Oriundos das escolas suecas, alemã e francesa, esses métodos conferiam à Educação Física uma perspectiva eugênica, higienista e militarista, na qual o exercício físico deveria ser utilizado para aquisição e manutenção da higiene física e moral (Higienismo), preparando os indivíduos fisicamente para o combate militar (Militarismo) (DARIDO E RANGEL, 2005). O higienismo e o militarismo estavam orientados em princípios anátomo-fisiológicos, buscando a criação de um homem obediente, submisso e acrítico à realidade brasileira.

1.1. Trajetórias Históricas da Educação Física no Brasil: Marcos e Tendências Pedagógicas do Século XX

O crescimento das propostas que durante os anos vem sendo construída no campo da Educação Física foi de grande importância para contribuições no repensar sobre a prática pedagógica, buscando identificar e discutir as contribuições e limites das tendências pedagógicas, considerando o momento histórico.

A tendência pedagógica de Educação Física escolar conhecida como “higienista” (décadas finais dos anos 1800 e seguindo até 1930), estava concentrada nas preocupações sobre o pensamento liberal, que é uma filosofia política e moral baseada na liberdade do comércio com consentimento dos governantes e com liberdade de propriedade, acrescentando que os governos não devem violar esses direitos com base no contrato social para designar essa ideia liberal, saúde, o bem-estar físico, o desenvolvimento do corpo forte, higiênico, é responsabilidade individual e não preocupações das propostas abordadas sobre condições sociais determinadas pela estrutura econômica, política e social. (CAMARGO, 2012)

No período republicano e nas primeiras décadas do século XX, veio à defesa da Educação Física no sistema de ensino escolar brasileiro, proporcionando um pensamento sobre a função da Educação Física higienista que foi criada sobre a influência médica e biológica, na verdade, abordada já desde o período do Império. Nessa visão que atribuíam à Educação ao poder sobrenatural de reformar a sociedade. Por extensão, advogam uma Educação Física que reeducasse toda a população, e principalmente os (as) trabalhadores, no intuito de condicioná-los a hábitos higiênicos e saudáveis.

Além dos aspectos abordados relativos ao processo saúde doença, a Educação Física escolar foi obrigada a se desdobrar para o maior empenho sobre as condições de trabalho, mas centralizando em um objetivo específico de fazer com que seus empregados sejam mais dispostos, alegres e de certa forma com mais qualidade e resistência na produção e assim, em busca de uma sociedade livre das doenças infecciosas. (CAMARGO, 2012)

Podemos nos lembrar de que no período de 1932, já havia inúmeras reuniões relatando sobre as questões educacionais como, por exemplo, encontrada na Lei nº 4.024 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – que foi todo um processo para se desenvolver e se tornar uma questão à Educação Nacional. Nota-

se que supostamente obteve uma grande mobilização crítica popular, se tornando uma reivindicadora dos seus próprios direitos após a ditadura que instalou uma repressão em diversos setores. Nesse sentido, teoricamente, a Educação Física escolar não somente seria capaz de promover saúde, e bem-estar à juventude, seria capaz de promover e incorporar o papel de uma prática educativa. (CAMARGO, 2012)

Na era Vargas, por volta de 1937, foi definido como uma data referencial para o desenvolvimento da Educação Física com transformações que foram de grande importância para sua chegada dentro das instituições de ensino por toda a nação. A criação da Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento Nacional de Educação foi o primeiro órgão governamental destinado exclusivamente a administração da Educação Física em âmbito nacional. (CASTELLANI FILHO, 1994)

A Educação Física Militarista se configura entre o final da Primeira Guerra Mundial, 11 de novembro de 1918, e a Segunda Guerra Mundial, 2 de setembro de 1945, que é vista como treinamento para jovens, isso com ideias diferentes onde não haveria diálogo, apenas exercícios que seriam preparados para serem soldados defensores da pátria. A influência militarista na Educação Física brasileira seja um componente forte e duradouro, utilizando como um programa de obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra, portanto ela deveria ser suficientemente rígida para obterem resultados significativos, assim veio a construção em 1933 de um novo procedimento que foi a fundação da Escola de Educação Física do Exército, que seria estabelecido um funcionamento de pensamentos e doutrinas de conceito militarista. (CASTELLANI FILHO, 1994)

Após a Segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazi-facismo e a vitória dos aliados, a Educação Física passa a sofrer a influência do Liberalismo, portanto no Brasil, e com desenvolvimento de escolas públicas, tem uns grandes impulsos da ideologia desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitscheck entre 1956 e 1961, que pela primeira vez começa uma nova integração que passa para os métodos e questões pedagógicas na escola. Ainda neste período, a preparação de alunos para festas, torneios, desfiles, formação de bandas musicais, entre outras colocando a participação dos alunos mais inclusiva. Um ponto que foi positivo nesta, foi a tendência Pedagogicista, determinada por alguns como biopsicossocial, foi produzido e inspirado no discurso liberal da escola nova e buscava efetivar um caráter mais educacional à Educação Física. (CASTELLANI FILHO, 1994, p. 35)

A Educação Física escolar praticada na época da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985, ficou sendo conhecida como Educação Física militarista que não se resume em uma proposta de preparo físico somente para a guerra, e sim em uma concepção que determina a toda a sociedade os padrões de comportamento exigidos, sendo fruto da própria disciplina do regime militar com um objetivo centralizado simplesmente a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate e, também, a luta.

Concepção muito rígida para ter uma condição de defesa a servir sua Pátria, usando uma filosofia que era criar uma raça forte e saudável e assim colocar as exigências impostas pela falsa conclusão biológica nazifascista, em que as aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por instrutores físicos treinados pelo regime militar do exército, que usariam métodos rígidos militares da disciplina e da hierarquia, sua concepção era o “aperfeiçoamento da raça”, funcionando como atividade “aceleradora do processo de seleção natural”, e tinha como princípios o homem adestrado e obediente. (CAMARGO, 2012)

Assim nesse contexto do militarismo brasileiro, com uma observação podia notar que houve um grande aumento da população com condições precárias de saúde, devido à ideia de obter a formação do cidadão soldado. Entretanto, vieram muitos questionamentos em que medida os pressupostos ideológicos vinculados ao militarismo se efetivaram no âmbito educacional por meio da disciplina Educação Física e assim, a Educação Física serviria como uma grande ferramenta ideológica de um processo para alienação social favorecendo aos interesses do ideário dominante da ditadura. (CAMARGO, 2012)

E de modo semelhante ao que ocorreu em grande parte das análises da produção científicas referentes ao desenvolvimento da Educação Física higienista (SILVA, 2012), é possível perceber alguns traços historiográficas sobre a suposta consolidação da Educação Física militarista no âmbito escolar brasileiro. De certa forma, a preparação corporal específica dos jovens com visibilidade sobre o combate, servir e defender a pátria (nacionalismo), aperfeiçoamento da raça, valorização do heroísmo, coragem, seriam alguns aspectos que ilustraram a Educação Física militarista. Por consequência, o âmbito escolar seria capaz de construir corpos considerados saudáveis ou perfeitos fisicamente, adaptando-os ao

contexto ditatorial vigente em função da produtividade industrial e do progresso nacional. (CAMARGO, 2012)

Essa perspectiva pedagógica obteve um discurso sobre a Educação Física “A Educação Física é um meio da Educação” esse grande pensamento que teve início ao prol da educação um dos movimentos que seria capaz de promover a chamada Educação Integral, poderia ocorrer principalmente no surgimento do discurso da prática higienista e militarista estabeleciam em grande potência de modo essencialmente inalterada, buscando uma perspectiva pedagógica delineada supostamente até os anos cinquenta. Nesse período determinado a ideologia nacionalista desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, pôde perceber que a Educação Física escolar começaria com um novo processo que passaria da mera instrução à educação integral do (a) educando. Do ponto de vista de Ghiraldelli Júnior (1988), a Educação Física escolar seria totalmente desenvolvida, que de certa forma encarada como “algo útil e bom socialmente” com o objetivo de valorizar as lutas políticas dos interesses de diversos grupos ou classes sociais. (CAMARGO, 2012)

Precisamente em 1964, período de Ditadura brasileira, veio à tomada do Poder Executivo brasileiro pelos militares, vivenciando um crescimento muito grande no sistema educacional, o governo planeja usar escolas públicas e privadas como principal fonte do desenvolvimento do regime militar (DARIDO; RANGEL, 2005)

Buscando fazer com que a Educação Física tenha uma visão sustentáculo ideológico, com práticas esportivas de alto nível, dessa forma evitariam as críticas para deixar transparecer um clima de prosperidade e desenvolvimento, desta forma, o esporte era utilizado como um elemento de distração à realidade política dos governos da época. (SOARES, 2012, p. 35)

Mesmo diante das mudanças, os profissionais de Educação Física que atuavam nas escolas, não seriam qualificados para esse processo de ensino escolar que trata de instrutores formados ou treinados em instituições militares, acreditava-se que isso acontecia devido ao fato de não ter um caráter próprio, e assim entendida como atividade e também exercícios práticos, como esse contexto determina que a Educação Física tivesse de certa forma algumas limitações que eram totalmente influenciadas pelos médicos e também militares que destinavam os que seriam de mais competência de categorias profissionais para deduzir seu padrão de conduta física.

A Educação Física passa a sofrer grande influência do liberalismo americano, com o crescimento das escolas públicas no Brasil, recebendo grandes impulsos da ideologia do desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek. Algumas proposições políticas centradas no período do governo de Juscelino Kubitschek obteve uma proposta chamada 'Plano de Metas', mas também conhecida como 'Programa de Metas', considerado um projeto que seria de interesse para desenvolvimento nacional observando que seria, mas de trinta e uma metas, e passa a se integrar pela primeira vez nas questões pedagógicas na escola.

No período pós-guerra (1945-1964), a Educação Física obtém outros olhares colocando no centro vivo do ensino escolar, no pensamento de preparação de educandos para festas, torneios entre outras. A participação discente é mais inclusiva e com todo esse desenvolvimento chega pela primeira vez o ensino de teoria com o conhecer da saúde, como primeiros socorros, higiene, prevenção de doenças e alimentação saudável são denominadas à Educação Física. Mesmo com esse pensamento, ainda não se notava algum tipo de preocupação com a saúde coletiva, mas sim concentrada na individual, positivamente, a tendência Pedagogicista, foi fortemente inspirada no liberalismo da escola nova que buscava produzir um caráter de ensino educacional da Educação Física. (SIMÕES; JACKSON, 2013)

As ideias pedagógicas determinaram com que a Educação Física tivesse mais reconhecimento no meio educacional, observando uma ideia que seria no sentido de mostrar o ser humano, não somente no intuito moral, integral, mas também no seu campo físico. E assim, como na tendência militarista, tentaram obter métodos de superação sobre a tendência Higienista, e assim os (as) professores também procuraram tomar o espaço do militarismo com a tendência Pedagogicista, mesmo com esse processo ainda seriam visíveis os requisitos da área médica e militar nos professores e transformando agora em, enfim, aluno-professor. (SIMÕES; JACKSON, 2013)

A Educação Física Pedagogicista vai levantar a ideia para sociedade da necessidade de promover a Educação Física não como prática capaz de gerar saúde ou disciplinar a juventude, mas desenvolver um conhecimento educativo. Os seus objetivos não só instruem como também educam, e assim se torna um

instrumento capaz de levar seu conhecimento à juventude em aceitar as regras de convívio social e suas peculiaridades culturais, físicos morfológicos e psicológicas.

Com a chegada de constantes indústrias acontece uma divisão mais perversa entre ricos e pobres no país, aumentando a desigualdade social e portanto, trazendo consequências e tornando os conflitos entre classes, promovendo um período de violência.

A partir do período dos anos 20 e 30, o desporto de alto nível, começa a ganhar espaço no interior da sociedade e, com passar do tempo, da Educação Física. Nos anos 60 e 70, o desporto de alto nível fica sujeito à área da Educação Física, tentando colocá-la como mero apêndice de um projeto que privilegia o treinamento esportivo. Como a Educação Física Militarista, a competitivista também está a serviço de uma hierarquização e elitização social.

A Educação Física Competitivista (1964 - 1985) assim como a Militarista, teve como objetivo principal a motivação da competição, da superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna. (SANTOS, 2011)

A Educação Física Competitivista volta-se, então, para o culto do atleta-herói; aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao pódio. Também é ela responsável pelo desenvolvimento do “espírito olímpico” em que nem sempre o importante é competir. Nesta tendência, a Educação Física tem com principal papel o “desporto de alto nível”. Ficam sem escolhas e submetidos ao desporto de elite, e assim como o desenvolvimento do treino desportivo no pensamento avançado dos estudos da Fisiologia do Esforço e da Biomecânica, demonstrando capacidade de melhorar a técnica desportiva. Colocando a Educação Física no sentido desporto, e este pensamento de forte desempenho, e assim oferecendo aos professores o que se deveria chamar treinamento de preparação para esses futuros atletas. (SANTOS, 2011)

A influência do esporte na Educação Física passa a ter grande magnitude e assim a área se torna submissa ao esporte, deixando outras práticas corporais em segundo plano, como se fosse um descarte, e assim o esporte passa a criar o conteúdo do ensino sobre a Educação Física, no qual a relação entre professor e aluno começa a ser bem diferente, oferecendo agora o conhecimento de professor “treinador” e aluno “atleta”. (SANTOS, 2011, p. 38)

O desenvolvimento pelo gostar das competições e criar rivalidade desportiva, oferece um olhar político que o patriotismo e a competitividade passam a obter espaço no mercado de trabalho e a própria Educação Física se autoperpersonaliza como uma prática de treinamento esportivo. Desta maneira, começa a se tornar um paradigma na Educação Física brasileira, fornecendo uma base de construção de profissionais na área, com um grande conceito que seria do (a) professor atleta como um profissional de qualidade que praticava a modalidade. (SANTOS, 2011)

Diferente das concepções anteriores, a Educação Física Popular não revela uma produção teórica com livros, periódicos, teses etc. Na década de 80 tem grande aumento no movimento popular e em 1986, grande e comentada é a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que ocorre um breve conhecimento do Conceito Ampliado de Saúde.

A Educação Física pautada na tendência Popular é dominada pelos anseios operários de ascensão na sociedade. Conceitos como inclusão, participação, cooperação, afetividade, lazer e qualidade de vida passam a vigorar nos debates da disciplina. (SIMÕES; JACKSON, 2013)

O biologicismo que foi muito presente em outras tendências da Educação Física, parece declinar. Lesões, traumas, estresse e uso de drogas para aumentar o condicionamento físico que seria totalmente direcionado a atenção da população para os efeitos do esportivismo e de sua busca pelo alto rendimento, mesmo com todo essa busca de rendimento e dedicação aos exercícios, não seriam suficientes para que a prevenção de doenças.

A Educação Física popular não pretendia disciplinar homens e mulheres e muito mesmo se voltou a buscar medalhas ou troféus, mas sim um papel importante de ludicidade e cooperação com ensino variado de modalidades como a dança, a ginástica, etc, proporcionando a organização e mobilização dos (as) trabalhadores. (SIMÕES; JACKSON, 2013)

A tendência pedagógica crítico social tem como objetivo proporcionar ao educando conscientização, emancipação e participação coletiva significativa no processo ensino-aprendizagem com levantamento histórico da Educação Física escolar brasileira, devemos observar o contexto histórico em que é inserida na sociedade, através da pesquisa significativa dos paradigmas vigentes, e também

dos valores, utilizada no modo de vida das pessoas onde é possível analisar e chegar a uma conclusão dos prováveis caminhos para chegar na área educacional pela Educação Física. (VIEGAS, 2002)

Podemos observar que em alguns momentos marcantes que foram de influência da área da saúde, com a proposta do meio liberal e positivista priorizam o modo de promover a saúde e do criar um ser humano com uma capacidade física maior. Depois surgem novas tendências pedagógicas com objetivo progressista que observam os sinais sócio políticos no ensino educacional e os sinais de tendência crítica social. Nos anos 80, a história brasileira com a democratização do Estado, as eleições diretas para os governantes e a formulação de uma nova Constituição Federal, mostra que a Educação deve ter como característica primordial o elemento de questionamento da sociedade em qual ela está inserida. (VIEGAS, 2002).

1.2. A Educação Física no Século XXI

Na tentativa de atender às demandas sociais aparecem políticas públicas que buscam orientar a construção de propostas curriculares para os sistemas e unidades educacionais. Dentre elas, pode ser dado destaque a construção de uma Base Nacional Curricular Comum, conduzida pelo Ministério de Educação em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação e a União dos Dirigentes Municipais de Educação, o que inclui a área da Educação Física e sua posição na escola brasileira do século XXI.

Na parte destinada a apresentar os fundamentos do componente consta que a BNCC atende ao exposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, se apresentando na área de Linguagens. Para além da determinação legal, o texto apresenta uma parcela da história do componente, cita a mudança paradigmática dos anos 1980 e a eleição, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, da cultura corporal de movimento como objeto de estudo da Educação Física. Em meio a aproximações e distanciamentos entre as reflexões de professores e professoras estudiosos da área, o objeto cultura corporal ainda prescinde de discussão e debate e, em especial, de sua configuração como campo da Linguagem. (NEIRA; JÚNIOR, 2016)

Com relação aos passos e argumentos desse debate e a recente produção desse componente curricular, a BNCC aponta as práticas corporais como referência

central para a configuração dos conhecimentos em Educação Física: brincadeiras e jogos, danças, esportes, ginásticas (demonstração, condicionamento físico e conscientização corporal), lutas e práticas corporais de aventura.

Os novos aportes configuraram as práticas corporais como produtos da gestualidade, formas de expressão e comunicação passíveis de significação, ou seja, artefatos da cultura produzidos por meio da linguagem corporal. Nesse sentido, quando brincam, dançam, lutam, fazem ginástica ou praticam esportes, as pessoas manifestam sentimentos, emoções, saberes e formas de ver e entender o mundo (SOARES, 2004, p. 10).

Na nova BNCC, foram elaborados diversos objetivos de aprendizagem que pretendem favorecer os (as) estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio no reconhecimento e atuação com as diferenças. Em caráter ilustrativo, seguem objetivos presentes nos vários ciclos:

Compreender e valorizar os diferentes sentidos e significados das brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, da cultura indígena e da afro-brasileira. Participar das ginásticas, reconhecendo e respeitando diferenças de várias ordens, com ênfase naquelas relacionadas à aparência e/ou ao desempenho corporal. Contribuir no enfrentamento de situações de injustiça e preconceito, geradas e/ou presentes no contexto da prática esportiva, com ênfase nas problemáticas de gênero e na produção de alternativas democráticas para sua superação. Enfrentar, com autonomia, situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto da prática esportiva e produzir alternativas para sua superação, com especial atenção nas questões étnico-raciais e indígenas. Reconhecer a variedade de exercícios físicos como uma possibilidade de valorização das diferenças de hábitos e modos de vida, com especial atenção às problemáticas relacionadas ao nível socioeconômico. Inferir e questionar a relação entre condições de vida e o envolvimento de grupos sociais específicos com as práticas corporais. Compreender criticamente as marcas sociais, a emergência e as transformações históricas dos sentidos, significados e interesses constitutivos das danças tematizadas, bem como as possibilidades de recriá-las. (BRASIL, 2016, p. 248; 252; 392; 398; 570; 571; 576)

A perspectiva defendida pela BNCC não tem como objetivo melhorar a coordenação motora, desenvolver aspectos cognitivos ou promover a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo. Pretende-se contribuir para a formação de cidadãos que compreendam e produza uma parcela da cultura mais ampla, a cultura corporal de movimento, reconhecendo e valorizando o repertório de todos os grupos, sem nenhum tipo de discriminação. É importante destacar que a não discriminação de conteúdos foi proposital, o que leva a responsabilização dos coletivos docentes com

aquilo que será efetivamente ensinado, tendo em vista as singularidades de cada escola brasileira. (NEIRA; JÚNIOR, 2016)

O documento só conseguirá atingir os seus objetivos se a sociedade confiar na escola, nos seus agentes e se as administrações substituïrem tantas políticas que segregam e discriminam os (as) docentes por uma pauta baseada no diálogo e no reconhecimento do seu potencial.

A Educação Física de hoje deve se libertar da imagem de uma mera “Atividade” sem importância no currículo escolar e se apresentar como “Aula” pensada, onde o (a) educando saiba o que está fazendo, porque está fazendo e como se deve fazer, e não apenas fazendo com que executem mecanicamente as atividades através do fazer por fazer. Atualmente, necessitamos de uma melhor práxis em Educação Física para desenvolver tanto as capacidades motoras, afetivas, quanto às cognitivas e sociais, além de mostrar a importância científica e educacional da área.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

E necessário salientar a importância da Educação Física no âmbito escolar, não somente fazer um panorâmico histórico sobre seu desenvolvimento. Ainda que a Educação Física seja tratada no currículo como área essencial do ensino nas escolas existe a tendência de desvalorização. Lima (2015) chama essa desvalorização do Ensino de Educação Física de “marginal”, exemplificando que tal disciplina pode ser empurrada ou alocada no último horário onde o sol está em seu pico, também no momento de discussão pedagógica existe a exclusão do mesmo.

Essa marginalização não está de acordo com a LDB art.26, § 3º “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica [...]”. Portanto à necessidade de uma mudança de concepção da prática dessa disciplina nas escolas. Moreira (2008, p. 03) explica sobre a prática da Educação Física, segundo ele:

A prática da Educação Física deve privilegiar o aspecto humano; perceber o indivíduo para além do movimento; enxergar seus sentimentos, emoções, sensações, percepções, intencionalidades e a busca da superação de sua condição particular, de seus limites, permitindo a satisfação do indivíduo e, principalmente, o conhecimento do seu próprio corpo físico, social, intelectual, afetivo e moral.

Portanto o docente deve ter a capacidade de despertar tais entusiasmos em seus alunos, e tendo formação capacitada e continua para perfazer o desenvolvimento de seus alunos. Essa discussão não se limita ao corpo físico, mas também as dimensões sociais e culturais, pois os corpos são sujeitos, com suas identidades singulares, portanto cada indivíduo possui seu processo de aprendizagem. Oliveira e Palma (2013) apontam que o docente é responsável pela construção do saber, pois o professor é aquele que adquire o nível de cultura considerável para dar a direção necessária ao ensino e portando na aprendizagem.

Palma (2001, pg.15) em sua tese de doutorado afirma que “O processo histórico da formação profissional em Educação Física aponta que ele tem-se fixado exclusivamente na técnica, no aprender a ensinar, ficando o aprender a aprender sem espaço no processo”. Ensinar movimentos não é o suficiente para a

aprendizagem, e necessário que no processo haja técnicas teóricas centradas no indivíduo.

Segundo Oliveira e Palma (2013, p.02):

Na formação profissional do professor – inicial e continuada – torna-se imperativo compreender as singularidades que a distingue dos demais profissionais, sendo insuficiente somente possuir formação acadêmica, é preciso dedicação, degrau que não se alcança apenas pelo simples querer-ser, mas que só estará disponível quando há pacto deste profissional consigo mesmo, sob uma ação pautada pela ética e pelo compromisso de crescer tanto no plano profissional quanto pessoal.

Esse pensamento a cerca da formação de professores se faz necessária nesse momento de pensarmos a educação e a própria Educação Física, como áreas que demanda profundos conhecimentos sobre as várias áreas da sociedade e demandando um conhecimento continuado para o aperfeiçoamento do professor, somente a formação acadêmica não consegue sustentar a potencialidade do professor em sala de aula. E importante expressar que tal formação ela deve permear toda a trajetória profissional e desenvolvida frequentemente. E necessário que haja um compromisso pautado no desejo de se desenvolver na demanda profissional exigindo um desenvolvimento teórico-metodológico. Assim, tal formação detém uma definição ímpar, que segundo Libaneo, (2004, p. 227).

[...] condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores e especialistas. É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais.

Segundo Machado *apud* Mileo e Kogut (2009) “a formação continuada é um dos aspectos importantes para reunir a teoria e a prática no contexto profissional”. Em muitos momentos o professor deve saber perceber as melhorias que deve fazer em sua docência partindo então da prática e associando a teoria. Para Mileo e Kogut (2009) a educação continuada, torna o professor reflexivo passa a ser detentor de conhecimentos que permite melhoria na docência, então fazendo uma análise mais profunda de suas atribuições escolares.

2.1. As DCNs da Graduação em Educação Física

As Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para o curso de Educação Física encontra-se dividida entre dois grandes eixos de debate a cerca do curso de graduação: de um lado encontra-se o setor conservador/corporativista composto pelo Conselho Federal de Educação Física e os Conselhos Regionais de Educação Física. Na ala progressista/revolucionaria encontra-se Movimento Estudantil, o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física, o Grupo de Trabalho Temático, Formação Profissional e Mundo do Trabalho do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e alguns grupos de pesquisas.

A Resolução N°06, de 18 de Dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Educação Física, institui no Cap. I Art.1° “A presente resolução institui as diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Educação Física [...]”. Bastos e Júnior (2019, pg.318) trás uma pergunta um tanto quanto reflexiva a cerca dessa nova promulgação “Como a Resolução CNE/CES nº 06/2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em EF, tratou a fragmentação da formação?”, tal pergunta será o ponta pé de reflexão nesse momento.

O STJ, por meio de seu ministro Benedito Gonçalves, determinou em 12 de novembro de 2014 que os cursos de graduação e bacharelado são completamente distintos em determinadas disciplinas e objetivos, e determinou que o professor de educação física que pretendam atuar nas áreas formal e informal nas seguintes áreas conclua os dois segmentos da área.

Segundo Bastos e Júnior (2019, pg.318-319)

Esta decisão causou uma ebulição no campo da EF, pois muitos profissionais que haviam sido formados em cursos de licenciatura, cujos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) garantiam a atuação em diferentes campos de intervenção profissional, desde então, passaram a ser proibidos de atuar como professores em academias, como personal trainer, técnicos desportivos ou agentes da saúde pública. Logo, os egressos de diferentes cursos se sentiram enganados pelas instituições de ensino superior e por seus professores, porém as instituições de ensino estavam apenas seguindo as determinações e encaminhamentos do CNE.

Bastos e Júnior (2019) apontam que ano de 2015 houve uma reunião na sede do DNE, em Brasília com enfoque em uma minuta que extinguiu a graduação a

modalidade de bacharelado da graduação em Educação Física, assim tendo uma formação única em licenciatura.

É importante frisar que o impeachment de Dilma Rousseff teve grande impacto no DCE como troca de redator e mudança de ministro da educação. Então em 2018 a nova comissão não consegue dar seguimento com o pedido da ala revolucionária e o bacharelado volta a ser destaque.

A Resolução CNE/CES 6/2018 especifica a dicotomia de licenciatura e bacharelado, porém não havendo a extinção do bacharelado a resolução obriga a todas as instituições que ofertam o curso de Educação Física também abrirem o curso de bacharelado, pois inicialmente existiria uma "Formação geral" como dispõe a resolução, e na metade do curso o discente escolheria sua área específica sendo ela licenciatura ou bacharelado. Tal especificidade encontra-se no Art. 05 da Resolução (BRASIL, 2018, pg. 1-2).

Art. 5º Dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requerida do egresso para o futuro exercício profissional, a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir:

I - Etapa Comum - Núcleo de estudos da formação geral, identificador da área de Educação Física, a ser desenvolvido em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, comum a ambas as formações.

II - Etapa Específica - Formação específica a ser desenvolvida em 1.600 (mil e seiscentas) horas referenciais, na qual os graduandos terão acesso a conhecimentos específicos das opções em bacharelado ou licenciatura.

§ 1º No início do 4º (quarto) semestre, a Instituição de Educação Superior deverá realizar uma consulta oficial, por escrito, a todos os graduandos a respeito da escolha da formação que pretendem seguir na Etapa Específica - bacharelado ou licenciatura - com vistas à obtenção do respectivo diploma, ou, ao final do 4º (quarto) semestre, definir sua escolha mediante critérios pré-estabelecidos.

§ 2º A formação para intervenção profissional à pessoa com deficiência deve ser contemplada nas duas etapas e nas formações tanto do bacharelado, quanto da licenciatura.

§ 3º A integração entre as áreas específicas dependerá de procedimento próprio e da organização curricular institucional de cada IES, sendo vedada a eliminação de temas ou conteúdos relativos a cada uma das áreas específicas indicadas.

A Resolução é extremamente específica a cerca da distinção das etapas, portanto na etapa comum que esta restrita aos primeiros quatro semestres no Cap. II Art. 6º

A Etapa Comum, cuja conclusão possibilitará a autonomia do discente para escolha futura de formação específica, contempla os seguintes conhecimentos:

I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo de fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor, psicologia do esporte e outros);

III - Conhecimento instrumental e tecnológico (a exemplo de técnicas de estudo e pesquisa - tipos de conhecimento, técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico, técnicas de levantamento bibliográfico, técnicas de leitura e de documentação; informática instrumental - planilha de cálculo, banco de dados; técnicas de comunicação e expressão leiga e científica e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física, a exemplo de código de ética, diagnóstico e avaliação, estratificação de risco, variáveis de prescrição do exercício, meio ambiente e sustentabilidade, diversidade cultural, diferenças individuais e outros. (BRASIL, 2018, pg. 2)

A resolução traz a especificidade do professor de Educação Física em relação à licenciatura e pontua todas as questões necessárias para aquele que escolheria seguir o caminho de licenciado. No Cap. III Art. 09 nos itens IV e VI articula as diretrizes que norteiam a formação inicial do profissional licenciado.

IV - Necessidade de articulação entre as presentes Diretrizes e o conjunto de normas e legislação relacionadas à educação básica e organizadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.

VI - Mobilização efetiva de princípios que norteiam a formação inicial e continuada nacionais comuns, tais como:

- a) sólida formação teórica e interdisciplinar;
- b) unidade teoria-prática;
- c) trabalho coletivo e interdisciplinar;
- d) compromisso social e valorização do profissional da educação;
- e) gestão democrática; e
- f) avaliação e regulação dos cursos de formação (BRASIL, 2018, pg. 3)

O conteúdo programático e de extrema importância para a licenciatura pois deve respeitar a diversidade nacional e autonomia pedagógica existente, pois a instituição de ensino deve garantir a formação adequada de seu profissional.

Art. 15 Os cursos de Licenciatura em Educação Física, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, devem garantir uma formação profissional adequada aos seguintes conteúdos programáticos:

- a) Política e Organização do Ensino Básico;
- b) Introdução à Educação;
- c) Introdução à Educação Física Escolar;
- d) Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar;

- e) Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;
- f) Educação Física na Educação Infantil;
- g) Educação Física no Ensino Fundamental;
- h) Educação Física no Ensino Médio;
- i) Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;
- j) Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; e
- k) Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e agrupamentos étnicos distintos. (BRASIL, 2018, pg. 4-5)

Ao se tratar do bacharelado em Educação Física a CNE/CES 6/2018 propõe outros parâmetros de formação, no Art. 18 do Cap. IV (BRASIL, 2008) refere-se com exatidão a cerca de tal função, no qual o bacharel em sua formação superior tem que estar qualificado nas seguintes normativas, treinamento esportivo, orientação de atividades físicas, preparação física, recreação, lazer, cultura em atividades físicas, avaliação física, postura e funcional, gestão relacionada com a área de educação física, além e claro de outros campos a qual abrange o bacharel em educação física.

[...] b) pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões da motricidade humana e movimento humano, cultura do movimento corporal, atividades físicas, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas, da dança, visando à formação, à ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para a adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável; jada e eticamente balizada no campo da cultura e do lazer;

[...]

f) participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição, de planejamento e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação não escolar, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros;

g) diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas e/ou esportivas e/ou de cultura e de lazer; [...] (BRASIL, 2018, pg. 5-6)

O bacharel está apto a atuar como interventor segundo a Resolução do CNE/CES nº 6/2018 Art. 20 (BRASIL, 2018) nos seguintes eixos, tendo como primeiro a saúde, atuando em programas de políticas de saúde, atenção básica, saúde coletiva, sistema único de saúde, dimensões de implicação biológica, ensino e comunidade, gestão em saúde. O segundo eixo trata-se do esporte, tendo habilidades na políticas e programa de esporte, treinamento esportivo, cultura e pedagogia do esporte, gestão do esporte. E o terceiro se trata de cultura e lazer, políticas e programas de lazer,

gestão de cultura e lazer, pedagogia do lazer. Esses seriam os três eixos principais para o bacharelado.

Júnior e Bastos (2019), trata essa divisão como uma “fragmentação na EF”, portanto o modelo de formação se modificou, tais medidas atende o sistema mercadológico e acentua de certa forma o rebaixamento teórico do futuro professor pois tal resolução esta atrelada aos interesses do setor conservador/corporativista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho proporcionou a sensação de que realizamos importantes reflexões acerca da temática proposta, ou seja, o histórico da Educação Física escolar e seus condicionantes atuais, ao mesmo tempo em que deixa a certeza de um conhecimento inacabado, tendo em vista que os aspectos históricos podem ser analisados sob diferentes horizontes, sendo portanto, inesgotável. Assim sendo, muito ainda pode e deve ser feito no sentido de provocar reflexões teóricas e práticas da Educação Física escolar.

O percurso metodológico adotado possibilitou o contato com importantes documentos e marcos legais que subsidiam e fundamentam tanto a formação de professores quanto a atuação destes em sala de aula. A partir das análises realizadas, torna-se perceptível a influência das políticas e grupos políticos nos direcionamentos históricos da Educação Física no Brasil. Tal compreensão é fundamental para que possamos ser cada vez mais conscientes das razões que nos trouxeram até aqui, bem como para que possamos nos posicionar criticamente diante destas.

Nesse sentido, esperamos ter contribuído com as provocações apresentadas, bem como, suscitado novas questões para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Educação Física e dá outras providências. Resolução CNE nº 06, de 18 de dezembro de 2018.** Brasília: Diário Oficial da União, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p.1-8

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** 2 versão. Brasília: MEC, 2016.
BETTI, M. **Educação Física e Sociedade.** São Paulo: Movimento. 1991

CAMARGO, Alan. **Educação Física higienista: discursos historiográficos.** Buenos Aires, Agosto, 2012. Disponível: www.efdeportes.com/efd171/educacao-fisica-higienista-discursos.htm. Acesso em: 08/06/2020.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta.** 4ª.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física.** São Paulo: Loyola, 1988.

JUNIOR, Osvaldo Galdino dos Santos; BASTOS, Robson dos Santos. **AS (NOVAS) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA: A FRAGMENTAÇÃO REPAGINADA.** Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, [s. l.], v. 11, ed. 3, p. 317-327, 2019.

LIBÂNEO, J. C.. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2004

LIMA, Rubens Rodrigues. **História da Educação Física: algumas pontuações.** Rev. Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 07, n. 13, p.246-257, jan.-jun. 2015.

MARINHO, Inezil P. **Educação Física, Recreação, Jogos.** 2ª ed. São Paulo: Cia Brasil, 1971.

MILEO, T. R.; KOGUT, M. C. **A importância da formação continuada do professor de Educação Física e a influência na prática pedagógica: Formação de Professores e Profissionalização Docente,** Paraná, 2009.

MOREIRA, Evando Carlos. **O CONCEITO E A IDENTIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA SÃO CONSTRUÍDOS NA ESCOLA.** Revista Corpo consciência, Santo André, v. 12, ed. 1, p. 1-10, 2008.

NEIRA, Marcos Garcia; JÚNIOR, Marcílio Souza. **A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos.** Motrivivência v. 28, n. 48, p. 188-206, setembro/2016.

OLIVEIRA, Emerson Jose de; PALMA, José Augusto Victoria. **A EDUCAÇÃO FÍSICA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: BRINCAR OU ENSINAR?.** CONGRESSO NORTE PARAENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, Londrina, 2013.

PALMA, J. A. V.. **A formação continuada do professor de Educação Física: possibilitando práticas reflexivas.** 2001. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas, 2001.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte.** São Paulo: Ibrasa. 1982.

SANTOS, Camila. **Educação Física no Brasil: apontamentos sobre as tendências constituídas até a década de 80.** *Revista Digital.* Buenos Aires. Março. 2011. Disponível em: www.efdeportes.com/efd154/educacao-fisica-no-brasil-tendencias-constituídas.htm. Acessado em: 20/05/2020.

SIMÕES, Heraldo; JACKSON, José. **Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde.** *Revista Digital.* Buenos Aires – Júlio. 2013. Disponível em: www.efdeportes.com/efd182/tendencias-pedagogicas-da-educacao-fisica-escolar.htm. Acessado em: 28 maio 2020.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil** - Campinas, SP: 3. ed. Autores Associados, 2004.

SOARES, Everton. **Educação Física no Brasil: da origem até os dias atuais.** *Revista Digital,* Buenos Aires, jun, 2012. Disponível: www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm. Acesso em: 02 jun. 2020.

VIEGAS, Rosângela. **A Tendência Pedagógica Crítico-social dos Conteúdos na Educação Física Escolar.** Disponível em: www.cev.org.br/biblioteca/a-tendencia-pedagogica-critico-social-dos-conteudos-educacao-fisica-escolar. Acesso em: 05 jun. 2020.